

Usos do Patrimônio Cultural Nacional: o caso da Fortaleza de São José de Macapá – Amapá - Brasil¹

Poliana Cardozo²

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

Resumo

O artigo aqui apresentado tem o intuito de contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre a(s) problemática(s) contida(s) nos possíveis usos do patrimônio cultural nacional tombado. Para tal utilizam-se definições, reflexões teóricas e análise do caso da Fortaleza de São José de Macapá, na cidade de Macapá (Amapá). A Fortaleza é um bem cultural tombado desde 1950 e como ícone da cultura amapaense detém diversos usos. O artigo prevê a análise destes usos e também sugere ainda algumas formas de aproveitamento deste patrimônio mediante o uso mais adequado do mesmo, visando sua otimização e valorização.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; tombamento patrimonial; Fortaleza de São José de Macapá.

Introdução

O conceito de patrimônio cultural muitas vezes gera dúvida, e esta dúvida pode dar-se em função do caráter material e imaterial que pode vir a ter. Da mesma forma, o uso do patrimônio muitas vezes não é claro pela comunidade que o detém, de forma que as funções e aproveitamentos do patrimônio podem levar a sua deterioração precoce. O tombamento ainda é visto como uma alternativa de conservação e preservação deste patrimônio, e no Brasil o órgão máximo para executar esta tarefa no que tange ao patrimônio nacional é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é subordinado ao Ministério da Cultura.

A discussão que aqui se apresentará diz respeito ao uso do patrimônio nacional (tombado), e o que o mesmo representa para a comunidade detentora do mesmo. Pois ao passo que a conservação prevê uso restrito, muitas vezes o que se vê na prática não confere, havendo distorções e abusos neste aspecto. O patrimônio que será estudado neste texto é a Fortaleza de São José de Macapá (FSJM), na capital do Estado do Amapá, Macapá. A FSJM é tombada pelo Iphan desde 1950 (no período o órgão responsável era a Serviço de Patrimônio Histórico e

¹ Trabalho apresentado ao GT 4 “Legado Cultural como Atrativo e a Responsabilidade do Turismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Mestre em Turismo – UCS; Especialista em Administração Estratégica – UNIPAR; Bacharel em Turismo – UNIOESTE; Professora das Disciplinas Planejamento e Organização do Turismo; Gastronomia; e Teoria Geral do Turismo – Universidade Unicentro. polianacardozo@yahoo.com.br

Artístico Nacional, Sphan), e conta com diversos usos e confere muitos significados para a comunidade local, por esta razão será objeto de estudo neste texto.

O objetivo deste artigo é aprofundar a reflexão sobre patrimônio cultural, seus usos e a possível apropriação pelo turismo, mediando o caso já citado (FSJM).

O estudo será estruturado em: fundamentação teórica a fim de explanar sobre os conceitos utilizados no corpo do texto; apresentação descritiva da FSJM; entrevistas e observações realizadas em campo com os responsáveis pela administração da FSJM; e como forma de fechamento, o artigo propõe usos e formas de fruição deste patrimônio.

1. Patrimônio cultural e tombamento

A noção de patrimônio é ampla, ela deriva dos antecedentes do direito, que relacionavam a palavra ao legado deixado pelos pais. Mais tarde, o direito ampliou o conceito para sua seara. O patrimônio cultural, neste sentido é compreendido como o legado cultural construído, com significações para a comunidade que o compõe, deixado às próximas gerações que dele se apropriam e lhe dota sentido.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) entende que a cultura, de onde se atrela o patrimônio cultural, é o “fundamento da identidade, da energia e das idéias criativas dos povos, a cultura, em toda sua diversidade, é fator de desenvolvimento e coexistência em todo o mundo” (www.unesco.org.br). Esta reflexão sobre a importância da cultura em si, confere uma aura de importância sobre a mesma, quando confere identidade ao povo que a detém e aos seus produtos. Com relação ao patrimônio, o mesmo órgão pondera que é o “legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. (...) É fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”. (www.unesco.org.br). É dizer com isso que patrimônio cultural para a Unesco é mais do que aquilo que se recebe: é o que se vivencia e pode-se conferir a outras gerações. Ainda pode-se agregar à idéia de patrimônio cultural, o sentido da concretização da cultura e da produção cultural pelos sujeitos, e desta concretização, se pode refletir que oriunda a referência sobre a qual estes sujeitos se constroem e constituem como atores sociais daquela comunidade.

Sobre este entendimento, é possível comentar que o patrimônio cultural é a pedra sobre a qual se assenta a produção e apropriação cultural das comunidades, de onde os seus atores sociais organizam sua identidade, de grupo ou de sujeito.

1.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Vale ressaltar que o patrimônio pode ser compreendido sob o enfoque material e imaterial. O primeiro diz respeito ao que é tangível, e o segundo intangível. Não raro, um está relacionado diretamente ao outro. É dizer, por exemplo: uma edificação (material) é permeada pelos usos que detém/detinha e suas técnicas construtivas (ambos imateriais); ao passo que a confecção de um prato gastronômico (imaterial) é cercada por utensílios e local de degustação (materiais). Por esta razão as diferenciações estritas entre o patrimônio material e imaterial devem ter estas ponderações como norte, pois refletir desta forma é considerar o patrimônio como um todo, não apenas seu sentido *strito*, como também e sobre tudo o seu entorno e usos. É dizer, pois que não haveria uma separação, desde o ponto de vista conceitual de patrimônio cultural, entre patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial: haveria Patrimônio Cultural. Deve-se compreender, contudo, que esta divisão entre material e imaterial é relevante para compreender as partes que compõe o todo. E mais: olhar o patrimônio cultural sem divisões é também considera-lo de forma completa, complexa e não alheia, ou seja, como parte de um sistema cultural com significados.

Sob este enfoque, compreende-se que a preservação e o manutenção do patrimônio cultural não raro interessam não apenas às comunidades residentes nos territórios onde se localiza, mas a todo o entorno. Para assegurar que o patrimônio não se perca no tempo ou no espaço, é possível tomba-lo. O tombamento pode dar-se tanto para os aspectos materiais como os imateriais.

1.2 Tombamento de Bens Culturais: problematização

Tombar um bem cultural é elevá-lo à categoria de relevante, mas, o reconhecimento do que é culturalmente relevante depende do que se considera cultura e relevância cultural. No espaço da cultura as últimas décadas têm sido de intensas mutações. Margarita Barretto (2002) coloca uma divisão interessante para os objetivos deste texto. Para ela o marco de divisão entre a antiga concepção de patrimônio cultural é o movimento que se inicia no movimento da *nouvelle histoire* (nova história).

Antes que esta concepção de história e, pode-se dizer, antes das influências das idéias desta escola, as quais serão expostas a seguir, o patrimônio cultural seguia a trilha dos grandes acontecimentos históricos e os grandes personagens, ou seja, o patrimônio cultural era considerado como materialização dos grandes feitos narrados pela chamada “história oficial”, aquela que se conhece na leitura dos livros didáticos em geral, que contam as histórias do ponto de vista dos ‘dominantes’. Deste modo fala Barretto (2002, pp. 09-10):

Até a primeira metade deste século, praticamente, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil. Os prédios merecedores de cuidados especiais e exibidos eram antigos palácios, residência de nobres ou locais onde aconteceram fatos relevantes para a história política de determinado local.

O patrimônio assim considerado tinha um caráter nacionalista, ufanista da história nacional ou local, o que representava o objetivo de mostrar para as novas gerações os exemplos dos antigos, os seus grandes feitos materializados.

A partir da ascensão da *nouvelle histoire* na França, a partir das décadas de 20 e 30, e no Brasil a partir da segunda metade do século XX, como afirma Barretto, a concepção de Patrimônio estaria vinculada a uma nova concepção de História, de olhar sobre a História, um olhar que, para além de outras características, define as ações históricas relevantes também àquelas realizadas por agentes até então esquecidos ou relegados ao segundo plano. Passa-se a valorizar a história do cotidiano, das classes subalternas, das organizações clandestinas, dos estudos de caso, o estudo dos valores, crenças entre outros temas.

Para a concepção de Patrimônio essa mudança implica a ascensão de uma concepção menos elitista e, portanto, voltada para abarcar “utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”. (BARRETTO, 2002, p. 11).

Claro está que ainda não se vê concretizada nas políticas culturais de patrimônio esta concepção, a não ser em forma embrionária. No geral, as políticas ainda afirmam o patrimônio como aquele resultado da grande História das elites, e, assim, enfatiza a arquitetura, monumentos, com a filosofia da manutenção da identidade nacional. Um exemplo de como vêm ocorrendo as mudanças na política de patrimônio no Brasil pode ser visto na declaração do Acarajé (petisco de origem baiana) como Patrimônio Cultural do Brasil (tombado no Livro de Registro dos Saberes em 01/12/2004), o que demonstra a valorização da história dos negros escravos para o Brasil, através da defesa e conservação do modo de fazer o acarajé, que mais que comida, significa um legado cultural da população negra para a cultura brasileira.

1.2.1 Conservação e Preservação dos Patrimônios - Uma das preocupações com relação aos patrimônios no mundo inteiro é com a sua destruição. Dada a sua importância relatada ao longo deste texto, os patrimônios deveriam ser alvos de políticas públicas que visassem à sua manutenção, de modo que possa ser conhecido e explorado pela população, hoje e sempre. Esta

manutenção, no entanto, não é algo simples de se definir e concretizar. Diversas concepções se chocam em torno do que deva ser feito com os destinos dos patrimônios tombados.

É natural a degradação dos patrimônios, dada à passagem do tempo, da ação da natureza (chuvas, sol, calor, frio, umidade etc.). A Unesco, já na sua Convenção de 1972 apontava a preocupação com as ameaças de destruição dos patrimônios da humanidade. Esta preocupação não se dava somente pela ação da natureza, mas também pelas mudanças sócio-econômicas das sociedades, que poderiam levar a uma política de degradação dos patrimônios, assim como as atividades humanas, entre elas o turismo. Barretto (2002, p.13) expõe a relação da preservação com as políticas públicas.

Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação. Essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis. Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir.

O fato é que, para além das responsabilidades de quem tem o papel de atuar na preservação do Patrimônio, estes têm sido esquecidos pelas políticas públicas na maioria dos países. Tem-se que levar em conta que se refere a um modelo de Estado moldado pelo sistema de acumulação capitalista na sua fase neoliberal. Este Estado não tem objetivo de investir em questões consideradas ‘secundárias’ na sociedade, como é o Patrimônio. Em fato, o Estado não investe nem mesmo nos setores fundamentais para a população, como educação, saúde e infraestrutura. Este mesmo, que não investe em Patrimônio, é o responsável pelo seu tombamento, ou seja, o Estado que não cuida escolhe aquilo que deve ser cuidado. É como afirma Barretto (2002, p.15), uma situação paradoxal.

1.2.2 Tombamento patrimonial - No Brasil o tombamento ocorre em quatro formas possíveis: pela Unesco sendo considerado de interesse da humanidade; pelo Iphan quando considerado de interesse nacional; órgãos culturais estaduais, se considerados de interesse estadual; e pelos órgãos de competência municipal quando passam a ser de interesse do município. A presente reflexão deter-se-á apenas ao aspecto nacional, outorgado pelo Iphan.

O que diz respeito ao tombamento de bens de interesse nacional, como já supracitado fica a cargo do Iphan, e é feito com base em legislações específicas. Estes bens são classificados pelo órgão, segundo a sua natureza, em: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas; e são divididos em bens imóveis: como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções

arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (www.iphan.gov.br).

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público, nos níveis federal, estadual ou municipal, por meio do Iphan e começa pelo pedido de abertura de processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Seu principal objetivo é preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens, de modo que a história, cultura e identidade que destas oriundem, possam também ser preservadas. O processo de tombamento, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação. Caso seja aprovada a intenção de proteger um bem cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Onde o bem já se encontra protegido legalmente, até que seja tomada a decisão final. O processo termina com a inscrição no Livro Tombo e comunicação formal aos proprietários. (www.iphan.gov.br). É com isso dizer que o tombamento de um bem independe da vontade de seu proprietário, e como já comentado anteriormente, o mesmo poder público que tomba, não o preserva.

A informação sobre os bens tomados pelo Iphan pode ser acessada por meio da página de internet elaborada pelo Arquivo Central do Iphan que, desde 1937, é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, processos de entorno e de saída de obras de arte do país. Como guardião dos Livros do Tombo nacionais, o Arquivo Central é também responsável pela emissão das certidões de tombamento, para efeito de prova e inscrição dos bens culturais protegidos pelo Iphan. Localizado no Rio de Janeiro, é o guardião do acervo, cuja origem remonta à criação do Sphan. (www.iphan.gov.br).

2. Fortaleza de São José de Macapá

A FSJM é considerada pelos amapaenses um símbolo da sua cultura e da sua história. Muito disto se dá porque em razão de sua construção foram trazidos escravos negros que construíram expressivo legado cultural local, e desenvolveram tradições de música (marabaixo e batuque), dança (marabaixo e batuque) e gastronomia (maniçoba), da qual hoje oriunda outras formas de arte e de saber fazer que caracterizam o povo daquela cidade e Estado. Por si só esta já seria uma forte justificativa para estudar a FSJM, e conserva-la. Mas seu tombamento nacional indica que ela diz mais, diz ao povo brasileiro que conserva-la é importante a todo País. É tida como uma das maiores fortificações militares do Brasil e seu estado de conservação também é alardeado pelos estudiosos do tema.

2.1 Histórico

Dados do acervo da FSJM indicam que a sua construção se deu por recomendação do Governador do Grão Pará, João Castelo Branco, 1738, ao Rei de Portugal. No ano seguinte a obra foi autorizada no local onde em 1738 havia sido construído um pequeno Reduto, guarnecido com um destacamento. A planta do novo forte é de autoria do Sargento-mor de Batalha e Engenheiro do Reino, Manoel de Azevedo Fortes, com o auxílio do discípulo da Academia Militar Manoel Luiz Alves. Este projeto não saiu do papel, e em 1751, o Governador do Grão Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, funda a povoação de Macapá. O Rei Dom José, nesse mesmo ano recomenda ao Governador o estudo da proposta de seu antecessor, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para a construção de uma fortaleza na costa de Macapá (região compreendida entre Parú (Almeirim) e a Foz do Amazonas, compreendendo quatro províncias de indígenas). Em 1753 chega a Belém um Regimento vindo de Lisboa, destinado a guarnecer a Fortaleza do Macapá, assim que construída, embora Mendonça Furtado siga insistindo na construção da mesma (1754), a fim de manter os franceses na margem esquerda do Rio Oiapoque. (FUNDECAP)

Nesse meio tempo, a povoação de Macapá é elevada à categoria de Vila (1758), com o nome de São José de Macapá, em solenidade assistida pelo Governador Mendonça Furtado, quando em viagem para o Rio Negro. Em 1761, o Governador Manoel Bernardo de Melo e Castro instrui o capitão engenheiro Gaspar Geraldo Gronfelts a desenhar a planta de um forte de faxina a ser construído em São José de Macapá. Feita a planta, iniciam-se as obras sobre uma ponta de terra onde em 1738 havia sido erguido o primeiro reduto, terminadas em 31 de julho de 1761. A pedra fundamental é lançada em 29 de junho do mesmo ano, no ângulo do baluarte sob a invocação de São Pedro. Inaugurada em 19 de março de 1782, ao custo de quatro milhões de cruzados, a fortaleza em estilo Vauban, de cantaria na forma de um quadrado com baluartes pentagonais nos vértices (Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro e Madre de Deus) e um fosso pelo lado de Sudoeste, abrigava paiol de pólvora, enfermaria, capela, praça d'Armas, e depósitos, em edifícios à prova de bombas, e foi artilhada com 62 peças de diferentes calibres. (FUNDECAP).

A FSJM nunca cumpriu seu papel de defensora da cidade e do território nacional, pois quando de sua inauguração já não havia o interesse de invasões. Esteve por muitos anos abandonada, e no local funcionaram vários órgãos públicos tais como: Imprensa Oficial, marcenaria, sapataria, almoxarifado, Guarda Territorial entre outros. (FUNDECAP).

Um dos entrevistados, historiador da FSJM, comenta que a construção do forte está intrinsecamente ligada à origem da vila de Macapá, e para o povo que ali habita,

serve não apenas como referência da identidade cultural, mas acima de tudo, como um bem palpável que reflete imponentemente o testemunho de uma época. Identificando através de sua história, o processo de mudanças pelo qual tem passado o Estado do Amapá, por isso, a necessidade de preservação da Fortaleza é essencial como preservação desse monumento, como referência de memória histórica, cultural e social dessa região, estabelecendo o compromisso para que a existência desse bem tombado permaneça para as futuras gerações.

Uma mostra deste simbolismo para o povo amapaense com relação à FSJM pode ser dado através da figura estrelada da FSJM está estampada na bandeira do Estado como símbolo.

Apesar de abandonada em vários momentos de sua história, o Governo do então Território Federal do Amapá com o apoio da Sphan, desde a década de 1950 procedeu-lhe sucessivas restaurações, devolvendo-lhe o aspecto da sua inauguração. A praça conserva 54 canhões de ferro de diversos calibres, sendo um símbolo da conservação do patrimônio histórico no Brasil. Não por casualidade o tombamento da mesma deu-se no ano de 1950 (em 22 de março), pela então Sphan, hoje Iphan. O seu tombamento está inscrito nos livros do tomo, livros históricos, do Arquivo Noronha Santos, sob a inscrição 269 e número de processo 0423-T-50.

2.2. Usos

Atualmente a FSJM conta com usos que podem ser relacionados como turísticos pelo seu caráter, mas não apenas, visto que a atividade turística em Macapá ainda é deveras insipiente, pois a população local também frui dos mesmos. Conta com visitação monitorada todos os dias da semana, exceto segunda-feira, sendo a mesma gratuita. Em seu interior é possível acessar quase tudo, por meio da visita, todas as galerias e espaços. Dispõe de espaço fechado (tipo auditório) para seminários com capacidade de 50 pessoas, área para comercialização de artesanato e suvenires locais, museu com acervo permanente sobre a cidade de Macapá, biblioteca com acervo relacionado ao seu histórico, área administrativa e banheiros. A área central da FSJM abriga constantemente eventos de porte maior, tais como shows musicais de artistas locais e especialmente de fora do Estado, exposições, e festas, inclusive as de tipo *rave*³.

Recentemente (fevereiro de 2006) uma equipe de arqueólogos da Universidade Federal do Pernambuco realizou escavações no entorno, de onde foram descobertos novos aspectos arquitetônicos e construtivos da FSJM, o que a amplia ainda mais em termos espaciais. E nesta onda, um projeto paisagístico está sendo executado em seu entorno para valorizá-la.

³ Estas festas caracterizam-se pela música eletrônica e pela sua prolongada duração de até 12 horas consecutivas, onde não raro o consumo de bebidas alcoólicas, energéticos e drogas ilícitas estimulantes é excessivo.

Vale observar que a FSJM localiza-se às margens do rio Amazonas, numa região central da cidade, onde existe uma orla com muitos bares, restaurantes, pista de caminhada, feiras de artesanato e gastronomia, e é fortemente freqüentada pela população local e por turistas também. Na praça de suas imediações há constante fluxo de pessoas que passeiam, namoram, soltam pipas e praticam outros esportes.

A FSJM é administrada pelo governo estadual (Fundação de Cultura do Amapá, Fundecap). Contudo, a administração da mesma afirma que seu uso atende plenamente aos padrões estabelecidos pelo Iphan de conservacionismo. Entretanto, esta afirmação deixa dúvida quanto à sua veracidade, pois, não parece possível que o Iphan permitiria a realização de eventos superlotados no interior da mesma. Pois esta superlotação seguramente compromete(ria) sua estrutura física e sua aura.

Queda difícil afirmar que a FSJM é o, ou dos, mais visitado atrativo turístico da cidade de Macapá, porque não existem dados oficiais quanto à demanda turística local. Mas pela sua localização centralizada e de destaque, pode-se perceber que é prestigiada pelos visitantes.

2.2.1 Otimização do uso - Algumas ações simples poderiam otimizar o uso da FSJM e inclusive valoriza-lo ainda mais, não apenas para os visitantes mas sobretudo para os moradores de Macapá. Para fundamentar esta observação, seguem algumas sugestões para tal:

- Recuperação das placas interpretativas que informam sobre os pontos dentro da FSJM, inclusive em inglês e tupi além do português. As placas que hoje existem estão deterioradas e deslocadas;
- Cessação de espetáculos superlotados no interior. Os espetáculos musicais lá realizados sempre contam com público grande, bebidas são comercializadas, os banheiros ficam lotados e as pessoas suprem suas necessidades fisiológicas em qualquer canto da FSJM. Ao final dos eventos ficam muito lixo, sujeira e forte odor de urina deixados pelos espectadores. Isso sem contar na potência dos equipamentos de som utilizados que ultrapassam facilmente limites de decibéis. A cidade conta com outros espaços para a realização destes eventos, e por isso esta sugestão é tão fortemente colocada;
- Promoção de seminário e oficinas ligados a cultura e arte amapaense em suas dependências. Levar para dentro da FSJM discussões que tenham como tema central o debate sobre cultura, onde os estudiosos são chamados a discutirem dentro de um espaço cultural, e de modo que o assunto permeie o bem em todos os sentidos, e mais: que das reflexões ali obtidas possa haver elementos norteadores para o próprio uso e valorização da FSJM;
- Organização de calendário mensal de eventos ligados à cultura local, tais como música, dança e exposição de artes e artesanato. Com a finalidade não apenas de valorizar a edificação em

sim, mas também levar para seu interior outras construções culturais amapaenses, e de outros lugares também se for possível, valorizando assim estas construções. Para tal deve-se ter em conta a capacidade de carga física e permissível para a edificação, bem como as amenidades que poderão ser oferecidas;

- Cobrança de taxa de entrada a fim de gerar uma sustentabilidade econômica mínima para a conservação, ou ao mínimo a divulgação de seus eventos;
- Construção e divulgação de um site na internet contendo suas informações históricas e seus usos. Esta ferramenta visa aproximar possíveis visitantes e moradores do patrimônio, onde todas as informações sobre o mesmo são direcionadas, com imagens inclusive; e
- Confeção de material gráfico e de divulgação turística específica a ser distribuída pela secretaria de estado de turismo em seus mais variados eventos e feiras do *trade* turístico, hotéis e agências de viagens e turismo. A fim de vincular a imagem, o imaginário e o produto turístico (após formatação adequada para tal, mas este assunto não faz parte desta reflexão), e fomentar as visitas monitoradas.

Essas são sugestões que poderiam levar a FSJM ter um uso mais sustentado e que levaria inexoravelmente à valorização do patrimônio como um todo. Não apenas, pois apoiado ao turismo, o bem teria seu uso ampliado, juntamente com seus recursos, e definitivamente conferiram ao visitante uma experiência turística rica. A população local teria sua edificação mais preciosa sob cuidados intensos e uso intenso também, mas com vistas em parâmetros conservacionistas que levariam à sua valorização. Pese que as sugestões a cima sejam apenas algumas possibilidades, que não devem estar engessadas, mas que podem ser ampliadas, alteradas e discutidas. O importante é que a conservação seja posta como prioridade em todas as etapas do processo de uso.

Conclusão

A discussão sobre patrimônio cultural inevitavelmente passa pelas definições do mesmo de onde amplia-se para sua materialidade ou não. A questão da formação da identidade cultural é trazida à baila em razão de sua íntima relação com o patrimônio e a cultura, pois a formação desta identidade esta assentada no patrimônio cultural, quando este é entendido como legado fruído e simbólico deixado às gerações futuras. Mas não apenas estes pontos são levantados quando se discute patrimônio cultural, pois a preservação e a conservação do mesmo também remeterão à identidade quase como consequência, porque para preservar e conservar há que se

ter uma razão: perpetuar o patrimônio cultural é a cima de tudo fortalecer os laços de cultura e de formação de identidade local às pessoas.

Dessa forma, ao falar em preservação e conservação não se pode deixar de observar sobre o tombamento do bem cultural, aquela ferramenta que visa a preservação e conservação do bem, onde na realidade e contexto nacional, o Estado tomba mas não responsabiliza-se pelo seu manutenção, deixando aos proprietários a responsabilidade pelo mesmo e muitas vezes engessando seu uso, e inviabilizando o mesmo de forma comercial.

Estas todas são questões complexas, as quais com este texto não se pretendem saná-las ou responde-las, mas buscar aprofundar um pouco mais a reflexão através do caso do uso da Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá – Ap. Onde apesar de seu tombamento ter se dado há mais de 55 anos, até hoje seu uso ocorre de forma equivocada, e sendo inclusive abusiva, compreendendo a execução de eventos de grande porte de público em seu interior, que comprometem sua estrutura física.

O uso da FSJM, se privilegiasse a cultura local, por exemplo trocando as festas *raves* por apresentações de marabaixo e batuque⁴ sem dúvida valorizaria não apenas a mesma, mas a cultura amapaense como um todo o seria, e, com isso sairia ganhando não somente os amapaenses, mas todos os brasileiros, pois a FSJM é um bem cujo tombamento é de interesse nacional.

A partir dos usos propostos neste texto para a FSJM, pode-se conjecturar que inclusive sua imagem turística fortalecer-se-ia (não apenas da FSJM em sim, mas da cidade de Macapá e do Estado do Amapá como um todo, considerando sua expressividade turística no cenário nacional e os possíveis apelos diferenciadores de oferta turística que o patrimônio poderia legar-lhes⁵), e que a experiência turística do visitante também tornar-se-ia mais rica. O turismo poderia vir a ser um dos usos-chave para este bem patrimonial, e que dotaria o mesmo de sustentabilidade em sua compreensão econômica e social. Não se pretende aqui afirmar de forma primária e priorística que a FSJM por si só levantaria os números de visitantes da cidade de Macapá, mas contribuiria sobremaneira para compor uma oferta turística robusta capaz de

⁴ Ritmo de música e dança deixados por negros aos amapaenses como herança cultural.

⁵ A oferta turística do Estado do Amapá em sua grande parte encontra-se classificada como potencial e não real, haja vista as condições de uso turístico dos bens naturais e culturais, mas sendo um Estado que compõe a Amazônia Legal, utiliza-se muito este como mote de divulgação turística: o ecoturismo e o turismo ecológico. Contudo, somente no Brasil nove são os Estados que compõem a região amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), e que usam este mesmo apelo. Pese sobre isso que muitos desses Estados contam com mais estrutura de base e turística, inclusive de acesso, que o Amapá. Desta forma, o Estado poderia beneficiar-se turisticamente do legado da Amazônia Legal diferenciando-se dos outros pela suas expressões culturais. Contudo a Secretaria de Estado de Turismo (órgão de planeja, organiza e divulga o turismo naquele Estado) ainda não define suas estratégias e segmentações de mercado para a atividade.

proporcionar uma experiência turística diferenciada, no que diz respeito às demais capitais no Norte do Brasil, suas concorrentes potenciais.

Referências

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

FUNDECAP (Fundação Estadual de Cultura do Amapá). Arquivos. (mimeo). Macapá, Sem data. Consulta em 10 de abril de 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 09 de março de 2006.

UNESCO Brasil. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em <http://www.unesco.org.br>. Acesso em 09 de março de 2006.